

HABERMAS: DO CAPITALISMO TARDIO À CRISE DO ESTADO-NAÇÃO

Marcos Roberto de Faria Bernardi

RESUMO: Este artigo pretende analisar a estrutura da teoria habermasiana e de seu instrumental teórico para o estudo do 'capitalismo tardio' a partir da teoria das crises contida no *A Crise de Legitimação do Capitalismo Tardio*, discutindo as dificuldades operacionais que este instrumental teórico pode apresentar para o estudo de dois casos empíricos: a crise do Welfare State e a crise do Estado-Nação.

O objetivo primeiro é investigar em que medida a utilização deste aparelho conceitual é efetiva nas análises feitas pelo autor dos dois casos citados. Seguindo-se a isso, colocaremos algumas críticas a respeito de certas dificuldades que a construção teórica do autor pode apresentar no que diz respeito às estruturas do capitalismo avançado, procurando demonstrar que as próprias análises empíricas habermasianas apontam nessa direção.

PALAVRAS-CHAVE: Habermas; capitalismo tardio; Welfare State; Estado Nação

INTRODUÇÃO

Com a publicação de *A Crise de Legitimação do Capitalismo Tardio*, Habermas pretendeu apresentar uma teoria das crises sociais amparado em uma apreensão teórica própria. A intenção do autor vai além de uma análise sobre as dificuldades de intervenção e legitimação que enfrenta o estado no capitalismo desenvolvido no pós-guerras; sua intenção é criar

uma alternativa teórica capaz de explicar os processos de mudança social, utilizando-se para isso de uma revisão pessoal das teorias sistêmicas e acionistas.

Este artigo pretende delinear a explicação teórica do autor para a dinâmica da mudança social, porém se detém mais explicitamente nos argumentos do autor para descrever e analisar a crise e os prováveis desenvolvimentos da mesma a respeito do capitalismo tardio. Procuraremos apontar algumas dificuldades, segundo o nosso entendimento, que o instrumental teórico contido em *A Crise de Legitimação do Capitalismo Tardio* apresenta para o estudo de certos casos empíricos: a crise do welfare-state e a crise do estado-nação.

Neste intuito, primeiramente procuraremos analisar em que medida a utilização do aparato teórico é efetiva no estudo realizado pelo autor dos dois casos empíricos. No segundo momento tentaremos apontar como as próprias análises de casos empíricos do autor parecem apontar para certas dificuldades que o aparato teórico desenvolvido em *A Crise de Legitimação do Capitalismo Tardio* pode apresentar. Utilizaremos também outros textos de Habermas como material de referência, e devemos ressaltar, especialmente, que as menções à “Teoria da Ação Comunicativa” visam apenas ressaltar continuidades nas propostas teóricas do autor em relação à obra aqui analisada.

1. A TEORIA DAS CRISES

A questão foi tratada por Habermas em diversos textos. Partiremos aqui de como ela é colocada em *A Crise de Legitimação do Capitalismo Tardio* (CLCT), onde o autor elabora de maneira mais sistemática uma teoria a respeito das crises apresentadas nos vários subsistemas do capitalismo avançado (tardio). Neste texto o que o autor pretende é, antes de tudo, elaborar um conceito científico-social de crise. Este ponto de par-

tida inicial se deve à sua intenção de elaborar primeiramente a estrutura teórica que julga necessária para o estudo das sociedades. Assim, constrói seu conceito de crise na forma de uma discussão entre os paradigmas sistêmico e acionista (sociologia compreensiva e/ou fenomenologia) que ele procurará fundir em uma nova elaboração paradigmática para o entendimento da sociedade.

Segundo o autor, “distúrbios de integração sistêmica só ameaçam a existência contínua até o ponto em que a integração social esteja em jogo, isto é, quando os fundamentos consensuais forem tão danificados que a sociedade se torne anacrônica” (Habermas, 1980, p.13). Nesta situação, os estados de crise assumiriam a forma de uma desintegração das instituições sociais. Percebe-se claramente pela sua afirmação que a crise é gestada no plano sistêmico, porém só se deflagra quando percebida pelos sujeitos no plano da integração social. Se as crises são gestadas no plano sistêmico, logo, crises de condução, segundo seus termos, a questão relevante é entender como e quando problemas de condução aparecem em uma dada sociedade e como e quando eles atingem o plano da integração social. Começo descrevendo o que o autor entende por integração social e integração sistêmica.

Integração social diz respeito aos sistemas de instituições nos quais os sujeitos “da palavra e da ação” estão socialmente relacionados. “Os sistemas sociais são vistos aqui enquanto *mundos vitais* que estão simbolicamente estruturados” (Habermas, 1980, p.15). Integração sistêmica diz respeito aos desempenhos condutivos de um sistema auto-regulado. “Os sistemas sociais são considerados aqui segundo o ponto de vista da sua capacidade de manter seus limites e sua existência contínua dominando a complexidade de uma circunstância inconstante” (Habermas, 1980, p.15).

O problema que Habermas levanta é que diferentes escolas têm se preocupado com uma das orientações em detrimento da outra, o que geraria problemas teórico-metodológicos muito sérios: o funcionalismo e

a sócio-cibernética enfocando apenas os processos de integração funcional das ações; a fenomenologia e a sociologia compreensiva apenas as interações simbólicas. Isso porque, se compreendermos a sociedade apenas a partir das interações simbólicas, no processo de trocas comunicativas que visam sempre chegar a um acordo, logo, *mundo da vida*, não estaremos aptos para compreender as condições limitantes de uma dada estrutura normativa. Isto quer dizer que não estaremos percebendo as limitações dadas pelas condições de sobrevivência, em um dado momento histórico, para a construção normativa, uma vez que

“os imperativos de sobrevivência exigem uma integração funcional do mundo da vida, que penetra através das estruturas simbólicas desse mundo e que por conseguinte não pode ser apreendida da perspectiva dos participantes”.

O outro problema seria entender a sociedade apenas a partir da perspectiva dos sistemas, onde as ações e a coordenação se dariam através de razão instrumental orientada pelo êxito através do uso competente de meios, não tendo como base uma prática interativa visando o consenso, como, por exemplo, no mercado. Aqui a dificuldade se encontra justamente no fato de que, muito embora esteja correta a assertativa de que as sociedades necessitam, antes de tudo, estabelecer certas relações funcionais que visem a sobrevivência das mesmas, certos complexos de relações não podem estruturalmente se organizar através de ação não-consensual visando o êxito, como por exemplo a relação familiar e a tradição cultural.

Habermas propõe uma fusão das duas perspectivas. No seu entender, a solução estaria em uma análise historicamente orientada dos sistemas sociais, que permitisse compreender cada caso de crise conforme o limite de tolerância dentro dos quais os valores-meta de um sistema (político, econômico, cultural) possam variar sem que a sua existência possa ser ameaçada. Os limites desta variação estariam por apontar os

próprios limites de continuidade histórica de determinadas formações sociais. Estes limites dos valores-meta que orientam os sistemas, por sua vez, não podem ser entendidos apenas como dados pela cultura. Devem também ser entendidos a partir dos requisitos não normativos da integração sistêmica.

Assim, cada formação social historicamente datada seria o resultado da interação entre os requisitos de sobrevivência e a estrutura normativa, sendo que a relação entre os dois elementos seria necessariamente condicionada pelo princípio de organização social de cada formação social. Esta idéia é fundamental na construção teórica de Habermas, a idéia de princípio fundamental de organização social.

O princípio de organização de uma dada formação social limitaria a capacidade de uma dada sociedade aprender sem perder a sua identidade. A implicação fundamental disto é que as crises só se manifestariam se os problemas de condução não pudessem ser resolvidos nos limites que estes princípios circuncrevem. Isto porque estes princípios "...determinam o mecanismo de aprendizado no qual o desenvolvimento das forças produtivas depende; determinam em segundo lugar, o alcance da variação dos sistemas interpretativos que asseguram a identidade; e finalmente fixam os limites institucionais para a possível expansão da capacidade de condução" (Habermas, 1980, p.19).

2. DO CAPITALISMO LIBERAL AO CAPITALISMO TARDIO

Assim, as crises poderiam ser resumidas como problemas críticos à sobrevivência de uma dada formação social, problemas que já não podem mais ser resolvidos nos limites dados por um certo princípio organizacional. Habermas distingue quatro tipos básicos de formações sociais e seus correspondentes princípios organizacionais: sociedade primitiva,

tradicional, capitalista e pós-capitalista (“socialismo de estado”), sendo as três últimas sociedades de classe.

Na sociedade tradicional, o princípio fundamental se encontra na esfera institucional da cultura: sistema de parentesco. Nesta sociedade, a esfera institucional é o sistema político e o princípio é a “dominação de classe em forma política”. Nas sociedades capitalistas liberais, a esfera seria a econômica e o princípio organizacional fundamental seria “o relacionamento de trabalho assalariado e capital”. A cada princípio organizacional corresponderiam certas possibilidades de desenvolvimento de crises. Aqui nos ateremos apenas às crises do sistema capitalista liberal que viriam a criar as condições para o surgimento do capitalismo avançado (tardio).

A análise do capitalismo liberal feita por Habermas aceita de forma geral as colocações de Marx a este respeito e procura demonstrar como a análise da mercadoria neste autor, logo, do valor de troca e valor de uso, possibilita o entendimento de como se relacionam a esfera sistêmica e a esfera de integração social no capitalismo liberal¹. Isto tudo porque nesta formação histórica o mercado assume a primazia organizacional. Para Habermas, com o aparecimento de uma esfera - livre do Estado - de comércio entre proprietários privados autônomos de mercadorias, a “sociedade civil” é diferenciada a partir do sistema político-econômico. “Isto significa uma despolitização do relacionamento de classe e uma anonimização do relacionamento de classe”(Habermas, 1980, p.34). Aqui o Estado e o sistema de trabalho social politicamente instituído já não são mais o núcleo institucional do sistema como um todo. O Estado (moderno-racional) torna-se complementar para o comércio do mercado auto-regulativo.

¹Contudo, uma análise mais pormenorizada de como a teoria do valor serviu de elemento unificador de uma abordagem sistêmica e de uma abordagem acionista no estudo do capitalismo liberal, só será desenvolvida no segundo volume da *Teoria da Ação Comunicativa* (TAC), cap. VIII.

O potencial de antagonismo de classe sai da esfera política em direção à esfera econômica. Contudo, como ali prospera a ideologia da troca de equivalentes, a relação de dominação de classe assume a forma anonimizada de contratos entre indivíduos. Assim, como o poder social dos capitalistas se institucionaliza como uma relação de intercâmbio em forma de contrato privado de trabalho, a obtenção de mais-valia resultante neste processo substitui a forma político-institucional anterior. Desta maneira, o mercado assume, junto com sua função cibernética, uma função ideológica. Isto constituiria, segundo Habermas, a força e a fraqueza deste mesmo sistema: a força devido a anonimização da dominação de classe, que tornaria muito mais difícil atitudes políticas da classe explorada e, logo, uma crise de integração social por meio de mudança na estrutura socio-cultural. A fraqueza, ao fato de que como o mercado assume ao mesmo tempo tanto as funções sistêmicas, de condução do processo de produção, e as de integração social, através da ideologia da troca justa entre sujeitos livres em direito, um problema de origem sistêmica, portanto de condução, refletir-se-ia imediatamente como uma crise da integração social.

Este desenvolvimento dar-se-ia porque o capitalismo se apresenta como uma contradição fundamental, que se define quando um princípio organizacional necessita que indivíduos e grupos se defrontem com pretensões e intenções que sejam, a longo prazo, incompatíveis. Seria este o caso das sociedades de classe. Tais sociedades seriam “forçosamente integradas” e logo necessitariam de uma “justificação ideológica para esconder a distribuição assimétrica de possibilidades para a satisfação legítima das necessidades” (Habermas, 1980, p.42). Este sistema econômico porém, devido à sua lógica interna, está regularmente propenso a crises. Estas se apresentam basicamente segundo o modelo de Marx: crises por declínio da taxa de lucro e por superprodução. Nestes momentos, a crise econômica transformar-se-ia diretamente em uma crise social, uma vez que diante das conseqüências danosas às classes trabalhadoras o antago-

nismo de classes, velado pela ideologia, se torna descoberto, revelando a estrutura de poder que envolve uma esfera (“a sociedade civil”) que necessita parecer isenta de poder.

Habermas aponta assim para o ponto vulnerável da formação social capitalista liberal. O princípio organizacional desta última é o mercado, sendo sua base o trabalho assalariado. Este princípio tem a peculiaridade de unificar, ao mesmo tempo, a capacidade de condução e de integração social, e a troca de força de trabalho por salário é tanto o princípio de condução da produção da sobrevivência quanto o elemento unificador da integração social. Como o funcionamento econômico capitalista está sujeito a crise permanente, nesta formação social uma crise sistêmica apresenta-se imediatamente como uma crise de integração social. O autor dirá que este modelo, baseado em Marx, não pode mais ser aplicado às sociedades de capitalismo tardio. Ele deixa de lado a explicação da transição histórica de um modelo para o outro² e parte diretamente para a descrição das sociedades de tipo capitalista avançado, criando um modelo das mesmas. Na parte final deste artigo voltaremos a este ponto a fim de demonstrar como a falta de um maior referencial histórico para seus conceitos aparecerá como um dos motivos de dificuldades que seu instrumental apresenta para a análise de casos concretos.

Passemos à descrição habermasiana de Capitalismo Avançado que serve de base para as colocações sobre a insuficiência das análises de Marx (a respeito do capitalismo liberal) para o entendimento desta nova realidade. Segundo o autor duas ordens de fenômenos concorrem para a modificação: em primeiro lugar, o processo de concentração econômica, principalmente através das multinacionais e da organização dos mercados para bens, capitais e trabalho. Aqui, a extensão da estrutura oligopolística de mercado significaria o fim do capitalismo competitivo. Em se-

²Citando apenas de maneira muito genérica o livro de Hobsbawn, *A Era das Revoluções* como a fonte de explicações desta transição. *Ibid.*, p. 47.

gundo, a crescente intervenção do Estado no mercado a fim de resolver os hiatos funcionais surgidos no sistema econômico.

A intervenção do Estado na economia aconteceria em diversas atividades: desde políticas de crédito até políticas de infraestrutura material, passando por políticas de legislação do trabalho até programas de treinamento e capacitação profissional. Desta maneira, o sistema econômico perderia a primazia de funcionamento como princípio fundamental capaz de responder tanto pela integração sistêmica quanto pela integração social. Isto faria com que uma série de pressuposições de Marx não mais se sustentassem. Aqui cito as duas mais importantes: 1) a atividade governamental alterou a forma de produção do valor excedente ao intervir no processo de produção, uma vez que este eleva a produtividade do trabalho mediante a produção de “bens coletivos” (infraestrutura), bem como com o progresso do sistema educacional e com o progresso técnico-científico em particular; 2) ocorre em amplos setores da economia que os mecanismos de mercado são substituídos por uma definição “quase política”, segundo seus termos, dos salários, introduzindo assim uma dimensão político-institucional nos fundamentos da teoria do valor. A diferença fundamental em relação ao capitalismo avançado é que agora as relações de produção teriam se repolitizado. Contudo, embora as relações de produção fossem repolitizadas, a forma política do relacionamento de classes não o foi. Isto porque as sociedades de capitalismo avançado, visando evitar crises sistêmicas, dirigem todas as forças e estratégias de integração social ao ponto de conflito mais provável a fim de mantê-los o mais possível efetivamente latente.

Desta maneira, as disfuncionalidades do processo produtivo têm que recair em grupos sem organização e potencial de conflito. Assim os custos com a força de trabalho são transferidos para os consumidores através do aumento de preços, na diferença das escalas salariais entre trabalhadores organizados ou não, e com a inflação, no que respeita a

desigual redistribuição de renda que se consolida sempre em detrimento dos grupos marginais: mulheres, idosos, força de trabalho desqualificada, etc.

3. AS CRISES NO CAPITALISMO TARDIO

Diante disso, para o autor, a questão decisiva para o entendimento da estrutura de classes e do princípio organizacional do capitalismo avançado seria saber se a renda real do trabalhador dependente é ainda baseada numa relação de troca ou se a produção e apropriação da mais-valia são limitadas e modificadas pelas relações do poder político, em vez de depender apenas do mecanismo do mercado. Assim, uma teoria do capitalismo avançado precisa esclarecer a seguinte questão: as estruturas do capitalismo avançado fornecem o espaço para a auto-transformação das contradições desta formação social, ou seja, a transformação do princípio organizacional desta sociedade?

“Se não, em quais tendências de crise temporariamente suprimidas, mais se expressa o não resolvido antagonismo de classes?...as estruturas do capitalismo avançado bastam para evitar, permanentemente, a crise econômica? Se não, para onde se deslocou a crise econômica?”
(Habermas, 1980, p.55).

Habermas dirá que não vê possibilidades de resolver convincentemente a questão sobre a auto-transformação da sociedade em moldes da teoria marxista. Quanto às crises econômicas, não exclui a possibilidade de que elas venham a ser evitadas permanentemente, mas apenas à custa de que os mecanismos sistêmicos de condução viessem a provocar outras crises, pois a contínua tendência rumo ao distúrbio do crescimento capitalista pode ser processada administrativamente e transferidas por estágios, através do sistema político e sócio-cultural.

As crises podem surgir em diversos pontos, sendo diversas as formas como se manifestam e vêm minar o sistema político que perde a legitimidade.

Ponto de Origem	Crise Sistêmica	Crise de Identidade (integração social)
Sistema Econômico	crise econômica	-----
Sistema Político	crise de racionalidade	crise de legitimação
Sistema Sócio-cultural		crise de motivação

Fonte: CLCT, op. cit., p.62.

A crise econômica dar-se-ia pela efetiva impossibilidade dos mecanismos de condução deste sistema em prover, e assegura o funcionamento do mesmo. Crises de superprodução e queda na taxa de lucros seriam os dois efeitos mais imediatos. No capitalismo avançado, esta crise seria processada através do sistema político, o que gerou uma série de teorias a respeito da relação entre Estado e Economia.

Habermas se opõe a duas visões que ele considera demasiado estreitas para o entendimento desta relação. A primeira, chamada de ortodoxa (e na qual estariam inseridos autores como Engels e Mandel), postularia estar o Estado sujeito aos imperativos de um sistema econômico auto-regulado (a lei do valor). O ponto falho desta posição seria não perceber a escala em que o Estado pode substituir mecanismos de mercado e alterar a estrutura de classes sob as quais a mais-valia é produzida, sendo que as crises econômicas não seriam tão inevitáveis uma vez que a tendência à queda da taxa de lucro pode ser parcialmente compensada através do Estado produtor de bens coletivos que aumentam a produtividade.

A segunda teoria à qual se opõe, seria a chamada teoria revisionista das crises ou teoria do capital monopolista. Esta teoria, ao contrário da primeira, baseia-se na idéia de que o funcionamento espontâneo do

mercado foi substituído pela orientação centralizada de grandes monopólios. Aqui o Estado agiria em nome do interesse destes grandes grupos, liberando das incertezas do mercado as suas decisões de investir, repolitizando assim as relações de classe. O equívoco desta teoria se deve, porém, ao fato de: 1) subestimar a capacidade de orientação das burocracias imperfeitamente coordenadas, cujo poder é dependente da dinâmica do conflito de grupos de interesse; 2) ignorar o fato de que o governo pode agir, numa certa margem, contra o interesse destes grupos a fim de preservar uma certa estabilidade econômica, segundo suas avaliações. A posição do autor a respeito pode ser resumida, como segue:

“uma análise correta das tendências que levam à crise econômica no capitalismo avançado precisa fundamentar-se numa noção de planejamento administrativo limitado, que substitui os mecanismos de mercado sem alterar, fundamentalmente, as relações de propriedade que circunscrevem a acumulação de capital” (Ingram, 1993, p.202).

O Estado, diante desta situação, ver-se-ia sobrecarregado com os custos cada vez mais socializados de um processo produtivo eivado de crises. Seu orçamento se sobrecarregaria pelos custos de estratégias de consumo improdutivo, visando a estabilização (armas, viagens espaciais), com os custos de infraestrutura para a produção (transporte, pesquisa científica, etc.), com os custos do consumo social indiretamente ligados à produção (assistência médica, previdência social, etc.), além disso suportaria os custos do bem-estar social, especialmente do desemprego. Como todas estas despesas são financiadas, basicamente, por impostos, o aparelho do Estado enfrenta simultaneamente duas tarefas:

“De um lado, supõe-se que eleve o nível necessário de impostos, subtraindo lucros e rendas, e use os impostos disponíveis racionalmente de modo que os distúrbios das crises de crescimento possam ser evitados. Por outro lado, o soerguimento seletivo de impostos, o padrão discernível de prioridades de uso e os próprios desempenhos administrativos

precisam ser constituídos de tal maneira, que a necessidade de legitimação possa ser satisfeita” (Habermas, 1980, p.82).

Assim, se o Estado falhar na primeira tarefa, ocorre uma crise de racionalidade, crise sistêmica. Se falhar na segunda tarefa, ocorre uma crise de legitimação, logo, crise no plano da integração social.

A crise de racionalidade é modelável segundo o conceito de crise econômica. De acordo com este conceito, os imperativos contraditórios de produção afirmam-se através de ações propositais, porém não dos membros do mercado, mas sim dos membros da administração. Aqui, as contradições ameaçam diretamente a integração do sistema, colocando em perigo a integração social. Isto porque o Estado enfrenta agora imperativos contraditórios de ação: garantir o crescimento econômico e compensar as vítimas do mesmo. Isto tudo diante de uma realidade de recursos escassos, recursos que aparecem como receitas públicas a partir das quais a destinação em favor do processo privado de acumulação precisa ser explicada. Como coloca Ingram (1993, p.203):

“Assim, embora o gerenciamento administrativo das crises, tendo como pano de fundo a conciliação de diferentes interesses de classes, possa tirar a nitidez das fronteiras originais do conflito de classes, ele gera conflitos políticos que tendem a contrair o escopo da ação governamental”.

O que permite Habermas afirmar: “Porque a crise econômica foi interceptada e transformada em um sobrecarregamento sistemático do orçamento público, isso arrancou o manto de destino natural da sociedade” (Habermas, 1980, p.91).

Arrancado este véu, as mazelas sociais são interpretadas pelas suas vítimas como ineficiência do Estado. Este corre o risco de perder crescentemente sua legitimação. A crise de legitimação se definiria então quando “se levantam sistematicamente expectativas que não podem ser

preenchidas com o valor total disponível ou com recompensas conforme o sistema”. Com a repolitização das relações de produção, a ideologia da troca justa perdeu seu valor. Existe em seu lugar uma consciência geral de que a distribuição da riqueza social depende de políticas governamentais e negociação política. Assim, é preciso buscar novas formas de legitimar um sistema de apropriação privada de uma produção que é socializada. Esta dificuldade, no capitalismo avançado, é ainda maior pelo fato de que a difusão dos valores universalistas da ideologia burguesa trouxe entre outros direitos o de participação política.

O sufrágio universal aparece como a forma básica de obtenção de poder para o Estado. Contudo, uma vez retirado o véu da igualdade da sociedade civil, como impedir que com o sufrágio universal não se tematize a respeito da contradição fundamental do sistema? A resposta de Habermas: “Para evitar que esta contradição se tematize, o sistema administrativo tem que alcançar uma autonomia suficiente frente aos processos legitimantes de formação da vontade legitimante” (Habermas, 1980, p.51).

Como isto seria possível? Através da montagem de instituições formalmente democráticas em seus processos, mas que permitem divisões administrativas que são feitas com grande margem de independência das motivações específicas dos cidadãos. Isto ocorreria através de um processo que buscaria obter a lealdade das massas, porém sem a participação das mesmas. Assim, é fundamental a “despolitização do espaço público”. Para sua plena realização é de importância fundamental que o sistema sócio-cultural produza motivações para a solução das demandas individuais que não sejam baseadas em um processo de comunicação racional livre de dominação e distorção, pois é necessário que a “justificação ideológica”, logo, comunicação distorcida, permaneça.

O sistema sócio-cultural fornece estas motivações através de dois elementos básicos: o privatismo civil e o privatismo vocacional-familiar. O primeiro caracteriza-se por ser um produto “híbrido” do direito formal burguês, como coloca Ingram, onde se conjugam a crença na res-

ponsabilidade do governo diante de um público composto de cidadãos livres e as formas tradicionais e familiares de cultura política, que encorajam a deferência à autoridade. Esta forma de abstenção política estaria combinada, por sua vez, com orientações em função da carreira, do ócio e do lazer, que se apresentam como a base do privatismo vocacional-familiar, sendo este uma síntese dos valores burgueses como o utilitarismo e o individualismo possessivo – segundo o conceito de MacPherson – com tradições religiosas, especialmente a ética protestante. Estas orientações se desenvolvem segundo o quadro de recompensas oferecido pelo sistema político (ingressos, tempo livre e segurança). Esta orientação corresponde ao programa do Welfare State, principalmente através de seu sistema educacional e ocupacional.

Assim, a existência de um quadro de motivações no sistema sócio-cultural funcional aos pressupostos do sistema de legitimação é fundamental para a manutenção da integração social.

“Uma crise de legitimação, então, precisa ser baseada em uma crise de motivação - isto é, uma discrepância entre a necessidade de motivos declarados num Estado, pelo sistema educacional e ocupacional de um lado, e a motivação apresentada pelo sistema sócio-cultural por outro lado” (Habermas, 1980, p.98).

É justamente aqui que Habermas centrará o seu mais forte fogo em favor da tese da tendência a uma crise de legitimação do capitalismo tardio. O autor pretende demonstrar que o desenvolvimento de certas estruturas na esfera sócio-cultural, estando estas relacionadas com a complexificação dos sistemas político e econômico, estaria por minar os dois componentes motivacionais citados. Coloca que para que esta tese seja aceita é necessário demonstrar a erosão das tradições nos contextos nos quais estas atitudes eram produzidas e, posteriormente, demonstrar que não há equivalentes funcionais para as tradições que se extinguem. Entre os elementos que estariam rompendo os contextos pode-se citar o avanço da racionalidade instrumental em áreas resguardadas à tradição,

“expansão do setor de serviços de que mais e mais interações são submetidas a uma forma mercadoria; regularização administrativa e legalização das áreas de intercurso político e social previamente regulados de modo informal; comercialização da cultura e da política e aumento de processos cientificizantes e psicologizantes na educação das crianças” (Habermas, 1980, p.104).

Assim, os resíduos de tradições pré-burguesas (ethos civil tradicionalista) dos quais se nutriu o capitalismo liberal mostraram ser sócio-estruturalmente incompatíveis com a expansão da racionalidade instrumental estratégica nas mais diversas áreas no capitalismo avançado. A consequência disto é que os resíduos destas tradições que contribuíram para fomentar o privatismo civil e vocacional-familiar estão sendo destruídos de forma não renovável. Além deles, componentes essenciais da própria ideologia burguesa tais como o individualismo possessivo e a orientação pelo êxito, como padrões de ação sistêmica e eticamente válidos estão sendo destruídos. Isto porque a crença do individualismo possessivo de que o benefício próprio implica em vantagem para todos se desfaz diante das crises persistentes do sistema, além do que a “qualidade de vida”, como coloca McCarthy (1984, p.431), depende cada vez mais de bens coletivos, logo, de um domínio público de elaboração. A ideologia do êxito, amparada pelo requisito da igualdade de condições fornecidas pelo sistema educacional se torna cada vez mais dúbia, uma vez que diminuiu a correlação entre instrução formal e êxito profissional.

Aqui, a crítica de McCarthy (1984, p.431) é extremamente relevante, pois se a argumentação de Habermas a respeito da erosão de valores tradicionais é bem documentada e possui razoável grau de aceitação, a argumentação sobre a erosão de valores especificamente burgueses é menos contundente, desde sua base lógica e principalmente pela falta de substrato empírico, de maneira tal que não fica claro se os padrões de motivação associados ao Welfare State, às estruturas competitivas das esferas educativa e ocupacional e à orientação pelo consumo e pelo ócio

tem se debilitado até o ponto em que se possa falar de uma crise de motivação. Além do que, estas modificações poderiam estar se dando em novas conformações não menos funcionais ao sistema político. Volto a esta questão na crítica final.

Para que Habermas pudesse continuar a sua afirmação da não existência de novos elementos motivacionais que fossem funcionais ao sistema de legitimação, seria necessário que ele apontasse quais seriam as características dos novos padrões de motivações disfuncionais que estariam emergindo no sistema sócio-cultural. Esta é sua tentativa: aponta os três novos elementos “disfuncionais”, o cientificismo, a arte moderna e a moral universalista. A ciência propõe padrões para o discurso crítico que não só minam as atitudes dogmáticas, “como fornece uma base para criticar o seu próprio dogmatismo positivista” (Ingram, 1993, p.205), embora Habermas não desconsidere o uso ideológico da ciência,³ o que demonstra o caráter ambíguo do processo e a condição extremamente relativa do argumento. Por seu turno, a arte moderna cria uma contracultura que critica e denuncia os sacrifícios e disfuncionalidades da modernidade e propõe modos de vida contrários à ideologia do êxito e do individualismo possessivo.

Como coloca McCarthy, nenhum destes dois argumentos pode fornecer a força que necessita o autor para sustentar a proposta de crise de motivação. Assim, é no seu argumento sobre a moral universalista que se encontra o ponto chave de sua argumentação. Examinemos este argumento com mais cuidado, pois nele radica toda a base de sua estrutura teórica, onde proporá que o desenvolvimento dos sistemas econômico e político só pode se dar na forma do capitalismo, devido à crescente racionalização do plano da integração social, de maneira tal que as motivações para a ação neste plano passaram progressivamente aos níveis distintos de necessidade de justificação através do discurso racional.

³A respeito, verificar *Técnica e Ciência como Ideologia*, Jürgen Habermas, 1987.

Isto por sua vez impediria certas práticas de legitimação anteriormente utilizadas.

Primeiramente, Habermas considera que não é possível pensar em nenhuma forma de aceitação imotivada de decisões, sendo que, depois do capitalismo liberal, a necessidade de legitimação só pode ocorrer recorrendo-se a sistemas universalistas de valores. Pois bem, a moralidade universalista, originada no direito formal, aponta, lógica e inequivocamente, na direção de uma ética comunicativa. Isto porque a igualdade de direitos ali postulada segue na direção de afirmar que a ruptura das tradições dogmáticas só pode se dar se as decisões politicamente relevantes estiverem ligadas a processos de consenso racional, seu veículo de legitimação.

Segundo Habermas (1973), estes elementos de uma ética comunicativa já estariam influenciando os processos típicos de socialização de certos estratos sociais, configurando “motivos disfuncionais”. Assim, os padrões de privatismo civil necessários à democracia formal no capitalismo estariam sendo ameaçados, o que se poderia notar, “pelo afã de participar e a pletóra de modelos alternativos (que)... são indicadores deste perigo, tal como o crescente número de iniciativas cidadãs”. É interessante notar que em Habermas as crises se mostram como sínteses dialéticas, são os produtos do desenvolvimento da contradição fundamental desta formação social. Desta maneira, a crise motivacional do sistema sócio-cultural, sem dúvida o ponto chave para o entendimento da crise de legitimação, é desenvolvida pelas próprias formas de atuação do sistema político em busca de solução das crises. O Welfare State⁴ ao expandir seus domínios de ação para esferas da vida privada, antes resguardados para o âmbito da comunicação, em bases tradicionais no domínio da família, tais como educação das crianças, saúde, controle de natalidade, etc., cria problemas para si mesmo. Isto porque

⁴Aqui passo a descrever o desenvolvimento destas mesmas idéias que o autor realiza, com acréscimos, na *Teoría de la Acción Comunicativa*, 1990.

“a elaboração administrativa de materiais culturais tem como consequência que conteúdos de sentido e normas consagradas pela tradição, que figuravam como condições marginais do sistema político se vejam tematizadas publicamente, com isto se amplia o âmbito da formação discursiva da vontade e este é um processo que sacode as estruturas do espaço público despolitizado, relevantes para a manutenção da situação” (Habermas, 1980, p.65).

Diante de tudo isto Habermas conclui que quanto menos o sistema cultural for capaz de produzir motivações adequadas para a política, no seus aparelhos educacional e ocupacional, tanto mais esta escassez de significados funcionais precisará ser substituída por valores consumíveis. Teoricamente, então, os limites da busca de legitimação só poderiam ser dados pelo sistema sócio-cultural, quando este não mais abasteça o sistema com trabalhadores e cidadãos “adaptados”, mas sim o confronto com demandas não solucionáveis, dentro dos limites de um determinado princípio organizacional de sociedade. Se isto ocorrer, a saída para uma crise de legitimação só poderia acontecer se as estruturas de classe da sociedade capitalista fossem transformadas (o que ele não acredita), sendo a segunda hipótese, a substituição da estrutura da socialização, baseada em normas que necessitam de justificação por um outro modo, em que estas não fossem necessárias. Isto também não parece muito provável na concepção de Habermas, pois este concebe o desenvolvimento dos sistemas morais da sociedade com um paralelo ao sistema cognitivo-moral humano, de maneira tal que uma vez alcançado determinado nível, não é mais possível voltar atrás.

Estas considerações, no nosso entender, se mantêm de maneira geral na produção da obra principal do autor: *A Teoria da Ação Comunicativa* (1982, texto original). Nela o autor mantém sua tese a respeito da impossibilidade do sistema produzir significados, ou seja, atuar no plano da reprodução simbólica, no espaço da integração social, o chamado “mundo da vida”. Estas tentativas estariam por gerar efeitos patológicos

crescentes, levando a uma série de manifestações de desintegração social, sendo que entre democracia e capitalismo se instalaria uma indissolúvel relação de tensão entre princípios opostos de integração: entre o princípio da integração via comunicação em busca do consenso e o princípio de integração via ações individuais, pautadas pela racionalidade instrumental em busca do êxito.

Habermas insiste nos efeitos contraproducentes do Welfare State quando de sua intervenção em planos da esfera privada, que só podem ser estruturados simbolicamente pela comunicação, como já citamos. Ele desenvolve uma análise mais descritiva dos modos como os sistemas políticos e econômicos vão dominando cada vez mais esferas do mundo da vida, através da expansão do direito escrito, que formaliza e tecniciza decisões a respeito de impasses e dificuldades de indivíduos, que se solucionam cada vez mais sem um processo de discussão racional e ética acerca dos valores. Isto indica que, de maneira geral, ao menos no âmbito teórico, não foi muito modificado o pensamento de Habermas sobre o aparelho conceitual para o entendimento do capitalismo avançado.

Encerramos assim a primeira parte do nosso texto e partimos para a análise de quais dificuldades a utilização deste aparelho conceitual pode apresentar para a análise de fatos históricos antes assinalados.

4. DA CRISE DO WELFARE STATE À CRISE DO ESTADO-NAÇÃO: AS ANÁLISES CONCRETAS

Início esta segunda parte apontando os pressupostos básicos que estão contidos na construção de Habermas a respeito das relações estruturais do capitalismo avançado e das dificuldades que alguns deles podem apresentar. Apontamos inicialmente dois pressupostos teóricos que seriam fundamentais na construção de sua obra: primeiro, que uma vez atingidos certos estágios de consciência moral, deles não se pode

abster-se. Assim, uma vez que a sociedade capitalista avançada instaura uma moral universalista, que fundamenta o direito formal em moldes de atitudes que são tomadas por via da argumentação racional visando o consenso, este Estado não mais poderá tomar atitudes que busquem legitimação em formas de motivação sem justificativa, sem que isto gere uma crise de legitimação. Isto porque as classes de razões oferecidas segundo os padrões motivacionais perdem sua efetividade tão logo uma classe de razões superiores, em sua estrutura de argumentação, ascende, sendo que no capitalismo avançado teria lugar o “tipo procedimental de legitimação” baseado no livre acordo entre iguais.

Disto se deprenderia que as mudanças ocorridas no sistema sócio-cultural não permitiriam mais certos retrocessos do capitalismo. Não mais se poderia, por exemplo, legitimar certas atitudes de decisão apelando para tradições criticáveis racionalmente. Tampouco deixar de prover o sistema sócio-cultural com as demandas elaboradas por este e rotineiramente satisfeitas (benefícios, direitos, etc.). Desta maneira, o Estado tem que tomar atitudes decisórias, tendo sempre este limite com o seu entorno decisório. Este Estado, por sua vez, cumpre a função de apaziguar o compromisso de classes e assegurar o desenvolvimento do funcionamento do sistema econômico, que já não pode mais enfrentar seus hiatos funcionais sem o socorro do Estado.

Assim, são dois os pressupostos que gostaríamos de discutir: 1) que o capitalismo não pode resolver seus hiatos funcionais sem o auxílio do Estado;⁵ 2) que não é provável uma legitimação que não se baseia na justificação da ação decisória segundo uma ética comunicativa, sendo provável uma crise de legitimação assim que o sistema político deixe de responder às demandas rotineiras do sistema sócio-cultural (direitos, benefícios, etc.).⁶

⁵Pressuposto também apontado e criticado por Adam Przeworsky em *Estado e Economia no Capitalismo*, cap. IV.

⁶Pressuposto também apontado por McCarthy em *La Teoría de la Acción Comunicativa de Jürgen Habermas*, p. 434-435.

A questão é saber como estes pressupostos resistiriam diante da análise de fenômenos históricos específicos. Passo primeiramente à crise do Welfare State, na análise de Habermas. Este autor discute no artigo “A Nova Intransparência” (1987) a crise do Welfare State, onde as promessas da razão teriam se tornado pesadelos, levando ao esgotamento das energias utópicas. A tese do autor, que visa contestar os teóricos do fim da modernidade e do “eclipse da razão” é de que o que realmente chegou ao fim foi a utopia da sociedade de trabalho. Utopia esta que teria perdido sua força diante do fato de que a realidade estaria mostrando a perda da força estruturadora e socializadora do trabalho abstrato. Esta utopia teria influenciado, por sua vez, a corrente social-democrata do pós-guerra e, posteriormente, os governos de caráter mais conservador que teriam instaurado por grande parte da Europa o Welfare State como forma de desenvolver uma sociedade mais justa a partir de uma nova relação da sociedade com o trabalho. O pleno emprego, os direitos trabalhistas, seriam a base de um compromisso de classes, que procuraria uma nova organização do trabalho, apoiado nas teorias econômicas keynesianas, base que permitiria uma humanização do trabalho, *pari passu* com um desenvolvimento da riqueza social a ser distribuída segundo os aumentos de produtividade.

Assim, o compromisso poderia ser resumido em seus dois componentes fundamentais: “metodologicamente”, o Estado deve “intervir” no sistema econômico com o objetivo de proteger o crescimento capitalista, minorar as crises e proteger simultaneamente a capacidade de competição internacional das empresas e a oferta de trabalho a fim de que advenham crescimentos que possam ser repartidos sem desencorajar os investimentos privados” (Habermas, 1987, p.107). Além do que, “substancialmente”, presume-se uma convivência pacífica entre capitalismo e democracia, que pode ser assegurada por via de uma intervenção estatal a fim de garantir através do direito de participação um avanço em direção a uma vida boa, com justiça social crescente.

Diante disto o autor coloca que pretende tratar do exame da possibilidade de manutenção destes dois elementos. Seu foco porém não vai “nas configurações modificadas desde os anos setenta, nem com as circunstâncias, mas com as dificuldades internas que resultam dos próprios sucessos do Estado Social” (Habermas, 1987, p.107). Aqui, duas questões seriam as mais importantes: a indagação sobre a possibilidade do estado ter poder e capacidade para “domesticar” a economia e se o emprego do poder político seria o método adequado para, a partir disso, fomentar formas “emancipadas de vida digna do homem”.

Habermas diz que muito embora os movimentos da economia mundial desde o princípio mostrassem as dificuldades de operação de um Estado Nacional Keynesiano, foi no âmbito interno que os limites do poder e da capacidade deste Estado se mostraram mais evidentes. Isto aconteceria porque as condições de valorização do capital são afetadas pelas políticas do Welfare State, através da elevação crescente dos salários e encargos trabalhistas que aumentam a tendência para investimentos em racionalização. A consequência seria o desemprego crescente, a crise do erário público e a estagnação econômica. Estas consequências trariam às claras as limitações estruturais sob as quais o Welfare State foi criado.

O segundo problema deste Estado é que, mesmo que ele contivesse estes problemas, o seu modo de operação criou para ele um outro, qual seja: ao procurar intervir na economia, este Estado interveio também no ciclo vital dos cidadãos, gerando um complexo burocrático de tratamento das questões do “mundo da vida” que se formou como um segundo sistema de expropriação da capacidade decisória dos mesmos, pois

“os instrumentos jurídicos-administrativos de implementação do programa sócio-estatal não conformaram um médium passivo, por assim dizer desprovido de significações. Pelo contrário, a esses instrumentos concatenou-se uma práxis de singularização dos fatos, normatização e vigilância, cuja brutalidade reificante e subjetivante Foucault perquiriu nas capilaridades mais tênues da comunicação cotidiana” (Habermas, 1987, p.109).

Assim estaria colocado o dilema: “o capitalismo desenvolvido nem pode viver sem o Estado Social nem coexistir com sua expansão contínua” (1987, p.109). Diante disto três reações estariam se desenhando no panorama europeu: o *legitimismo sócio-estatal* (segundo Miterrand, Mondale nos EUA), que esperaria encontrar o ponto de equilíbrio entre Welfare State e modernização via economia de mercado; o *neo-conservadorismo*, que busca reerguer o princípio do mercado como auto-regulador, apoiando-se em um processo de legitimação que busca reduzir a “inflação de reivindicações”, apoiando-se em um neo-corporativismo fragmentador de solidariedades sociais mais amplas, e em uma cultura que alimenta os aspectos agregadores da moralidade convencional, do patriotismo, da religião burguesa; e, por fim, existe um outro grupo: os *críticos do crescimento*, base dos novos movimentos sociais que se juntam em uma aliança anti-produtivista, e é composto por velhos, jovens, mulheres, pacifistas, ecologistas, etc. O que os une é a recusa da visão produtivista do progresso que une legitimistas e conservadores.

Os dois primeiros grupos propõem uma saída em que “os domínios de interação do mundo da vida carentes de proteção só podem desempenhar um papel passivo diante do Estado e da economia, verdadeiros motores da modernização social” (Habermas, 1987, p.111), sendo que somente os dissidentes propõem uma saída fundada na autonomia do mundo da vida, de tal modo que a dinâmica dos subsistemas governados pelo poder e pelo dinheiro fosse quebrada ou pelo menos contida por formas de organização de base e autogestionárias. Da análise da situação e das propostas de solução o autor coloca a sua tese:

“Se agora contenção e controle indireto devem dirigir-se também contra a dinâmica interna da administração pública, a capacidade indispensável de reflexão e controle deve ser procurada em outro lugar, a saber, em uma relação completamente transformada entre as esferas públicas autônomas auto-organizadas, de um lado, e os domínios de ação regidos pelo dinheiro e pelo poder, de outro lado” (Habermas, 1987, p.112).

Quanto às possibilidades de ativação desta proposta e definição dos grupos sociais que a sustentariam, bem como das maneiras práticas de articulação destas mesmas com os dois subsistemas em formas totalmente distintas, não desenvolve Habermas um proposta sistemática.

Findamos nossa descrição de seu entendimento da crise do Welfare State, a partir de seu texto de 1985. O primeiro problema que gostaríamos de apontar é o pressuposto de que o capitalismo avançado tem uma relação estrutural com o Estado, necessitando de uma inevitável intervenção deste para a resolução de suas crises. Esta orientação é que permite a Habermas afirmar que “o capitalismo avançado não pode mais viver sem o Estado social”. Primeiramente, entendemos que há um problema no seu modo de analisar o desenvolvimento deste compromisso entre Estado e economia em que baseia o Welfare State, que teve seu amadurecimento no pós-segunda guerra. Antes ressaltamos que Habermas não trata da transição do capitalismo liberal para o avançado. Isso, ao nosso ver, pode trazer o problema de entender este compromisso histórico, elaborado diante de situações particulares, como uma condição estrutural da qual o capitalismo não pode mais prescindir.

O panorama da economia capitalista no início do século denotava grandemente a tendência à crise de superprodução e esgotamento de mercado, de maneira tal que as duas grandes guerras foram entendidas por muitos autores como uma guerra imperialista visando ampliar mercados. O próprio Hobsbawn (1995, cap. II), em que Habermas se baseia, considera relevante esta idéia. Diante desta situação, dos destroços da segunda guerra, do efetivo perigo do avanço do socialismo e da impossibilidade de deixar que as coisas caminhassem da maneira que estavam caminhando no plano econômico internacional, vários acordos foram estabelecidos no plano político-diplomático, bem como no que diz respeito à relação capital-trabalho. Neste momento histórico, diante das condições técnicas e políticas o capitalismo não encontrava um meio de superar as crises. Com o surgimento da teoria keynesiana, contudo, as

economias capitalistas puderam optar por um meio de desenvolvimento em que as estratégias de produção e acumulação fossem voltadas para a demanda, de tal maneira que se encontrava assim um círculo virtuoso entre capital, trabalho e estado. Este círculo, é bem verdade, fazia sua conjugação com uma nova forma de organização do processo produtivo: o fordismo, que possibilitava aumentos de produtividade a serem repartidos, através de um processo de produção em massa.

O período de 1945 até 1973 instaura assim um ciclo virtuoso do capitalismo, os chamados “anos de ouro”. Aqui, ao contrário do que afirma Habermas, os problemas da economia mundial não eram ainda tão danosos ao Estado Nação Keynesiano, isto porque a base da saída para a crise foi a economia da demanda através do mercado interno⁷. De fato, a relação exportação/mercado interno alcançou historicamente seu valor mínimo em 1965.⁸ Percebe-se claramente, com isso, que a virtuosidade do sistema necessitava de um padrão de desenvolvimento muito voltado para dentro, o que facilitava as ações de um Estado Nacional interventor.

Esta situação começa a se alterar por volta de 1973 por vários motivos, dentre eles a crise dos insumos, principalmente do petróleo; crise de valorização por queda na taxa de produtividade, via aumento da composição orgânica do capital; esgotamento de mercados nacionais juntamente com a ascensão de Alemanha e Japão na economia mundial, confrontando a hegemonia norte-americana.⁹ Diante desta situação, os capitalistas buscaram formas de investimentos que proporcionassem aumento de produtividade diante de um mercado mais fragmentado e de

⁷A este respeito, ver: Lipietz, A. *Miragens e Milagres*, Mattoso, J. *A Desordem do Trabalho*; Harvey, D. *A Condição Pós-Moderna*, Hobsbawn, E. *A Era dos Extremos*.

⁸Cabe ressaltar que não ignoramos o papel fundamental dos Estados Unidos na alavancagem do desenvolvimento europeu no pós-guerra, via financiamento. Estamos nos referindo, aqui, à dinâmica do processo após este seu primeiro estímulo.

⁹A este respeito ver, além de Lipietz: Harvey, Hobsbawn e Mattoso, op.cit. E também Piore e Sabel, *The Second Industrial Divide*, especialmente cap. VII.

conflitos de classe. Alternativas como a microeletrônica, novas técnicas de organização do trabalho, transporte de plantas, etc. foram surgindo, proporcionando ao capital uma menor dependência em relação ao trabalho, bem como um maior número de opções estratégicas. Percebe-se assim que diante do esgotamento de um padrão, historicamente datado e virtuoso, o capital, através dos investidores, não hesita em buscar novas formas de garantir o seu processo de valorização. Estas utilizaram a mais nova tecnologia, bem como o trabalho superexplorado de crianças e mulheres miseráveis de Bangladesh.

O que é mais importante assinalar é que a busca de soluções para a estagnação econômica não se deu necessariamente com o auxílio do Estado Nacional, não foram estes os responsáveis diretos por buscar formas de atenuação da crise sistêmica da economia.¹⁰ As grandes corporações variaram grandemente suas estratégias de acumulação e a localização fragmentada de sua produção, analisando condições políticas, geográficas e de mercado para suas transposições, sem que o Estado interventor pudesse efetivamente impedir tal movimentação.

Assim, nos parecem contraditórias duas afirmações de Habermas, a primeira de que o capitalismo não pode viver sem o Estado Social e a segunda de que o Estado Social, devido ao seu sucesso, garantindo níveis salariais para os trabalhadores, entre outras coisas, acabou desestimulando o investimento dos capitalistas, que abandonaram os países de maior Welfare State em busca de outros locais mais lucrativos para a valorização de seus capitais. Ora, se o capitalismo não pode prescindir do Estado interventor, então como pode promover uma estratégia de acumulação

¹⁰O que não significa dizer que as empresas e corporações não se valham mais de benefícios e proteções que os Estados possam lhes oferecer. Significa, sim, dizer que estas corporações passam a ter uma força estratégica que faz com que estes mesmos Estados tenham cada vez menos capacidade de exigir contrapartidas em termos de salários e outros benefícios em troca de suas ações que visam facilitar o processo de acumulação destas mesmas empresas.

para além das fronteiras do mesmo e sem o seu auxílio? E como, por consequência, foi à bancarrota este mesmo Estado interventor, do qual o capitalismo não pode prescindir? Se a sua segunda afirmativa está correta, então a primeira está errada. Além disso, se uma crise de legitimação seria esperada assim que o Estado não fosse mais capaz de prover expectativas que se levantam com o valor disponível ou com recompensas conforme o sistema, como explicar o avanço neoliberal, com as vitórias de Ronald Reagan e Margaret Thatcher? E o conseqüente desmantelamento do sistema de bem-estar, a repressão sindical, a diminuição da intervenção estatal?

Diante disto, quais teriam sido os desenvolvimentos daquelas esferas de motivação disfuncionais ao capitalismo que “tenderiam” a instaurar uma crise motivacional? Acredito que Habermas, já em 1982, na *Teoria da Ação Comunicativa*, concordava com seus críticos, apontando para o fato de que talvez o processo de fragmentação sistêmica do mercado de trabalho e a “fragmentação da consciência” podem impedir a deflagração de uma crise motivacional. Esses processos disfuncionais teriam assim se restringido a nichos fragmentados sem ter conseguido ascender à consciência pública, em um sentido mais amplo.

A questão que coloco é sobre os padrões de aceitação e motivação colocados por Habermas; apoio-me nas críticas elaboradas tanto por McCarthy (1984) quanto por Held (1982) sobre a posição de Habermas, em CLCT, a respeito de aceitação não racional de decisões ou aceitação como expressão de um consenso racional, que talvez seja demasiado abstrata e ampla para captar certos padrões de motivação operantes. Assim, por que não admitir que alguém, mesmo que analisando racionalmente uma decisão que não ache correta a aceite pelo motivo, pela razão, de que nada melhor parece praticamente possível nas circunstâncias dadas. Ou ainda porque assumir certo padrão de orientação diante de atitudes decisórias pode lhe ser benéfico, ainda que em prejuízo de ou-

tros (vide corporativismos).¹¹ Desta maneira, como coloca McCarthy (1993, p.435):

“As apelações às evidentes imperfeições da condição humana, a importância do pássaro na mão ao invés de cem no céu... não parecem estar excluídas nem pelas considerações sistemáticas de Habermas (pois têm, ou facilmente podem receber uma forma universalista) nem pelos seus argumentos empíricos (pois pelo momento parecem ter ao menos tanta capacidade de formar motivos como a ética comunicativa e os temas culturais)”.

Isto tudo estaria apontando para como se poderia estar gestando outras formas de aceitação dos processos decisórios, que fossem funcionais também para a persistência do sistema, não ocorrendo assim uma crise de legitimação. Held (1982) vai mais longe ainda e pergunta: seria a questão da legitimação o ponto fundamental para explicar a permanência de uma dada estrutura social?

“a integração social, quando associada a um sentido compartilhado de merecimento de uma ordem política em ser reconhecida (sua legitimidade), não é condição necessária para qualquer sociedade relativamente estável...O importante não é a aprovação da maioria dos membros da sociedade...mas a aprovação dos grupos dominantes”.

É interessante notar, como já na *Teoria da Ação Comunicativa* o autor parece perder a ênfase que antes colocava na força do desenvolvimento destas esferas de motivação disfuncionais ao sistema de legitimação: seu texto vai assumindo progressivamente – o que se acentua em “A Nova Intransparência” –, um caráter de recomendação programática do que deve ser feito a respeito da colonização do mundo da vida, perdendo

¹¹Embora não seja objetivo deste texto, gostaríamos de ressaltar que um exame da teoria da escolha racional e da teoria dos jogos seria extremamente pertinente para ampliar a concepção dos sistemas motivacionais de tomada de decisões individuais.

a ênfase predictiva¹² que se encontra em *Crise de Legitimação do Capitalismo Tardio*.

Acredito que fica claro em um dos últimos artigos de Habermas, “O Estado-Nação frente aos Desafios da Globalização” (1995) a percepção do fato de que o sistema político, o Estado, que antes (Habermas, 1980) foi visto como um elemento complementar, funcional e indispensável para o capitalismo, vai perdendo cada vez mais a sua capacidade de intervenção e direção do processo econômico. Neste artigo de 1995 o autor coloca claramente que o perigo dos Estados-Nação é o fato de que à idéia de Nação, construída artificialmente e unida à idéia de estado moderno, tem um componente republicano democrático e um componente simbólico tradicional vinculado à idéia de uma comunidade de origem. Quer dizer, um componente emancipatório e outro tradicional, vinculado a solidariedades de grupo não baseadas na moral universalista burguesa, passível de justificação discursiva.

A tensão se instalaria, quando por motivos vários, desde a multiplicação de subculturas até as crises econômicas, se rompesse o laço de homogeneidade fundado na república devido a reivindicações de grupos que requeririam um tratamento diferencial em função de diferenciações alegadas no plano da origem da comunidade, a “origem simbólica”. Aqui Habermas afirma que sem um dado estágio de provimento das necessidades materiais e sociais básicas, a solidariedade pautada na moral universalista e na ética comunicativa, base de uma cidadania democrática, sofre sérios danos. “Minha suspeita é que uma cultura política liberal só pode manter unida uma sociedade multicultural quando a cidadania democrática se mostra vantajosa não apenas em termos de direitos liberais e políticos, mas também de direitos culturais e sociais” (1995, p.97). Afirma que, porém, as condições onde isto foi possível, as condições do

¹²Como aponta McCarthy, op.cit., p. 435.

Welfare State do pós-segunda guerra, onde se gestou a pacificação dos antagonismos de classe, já não existem mais.

Assim os progressos em favor dos direitos básicos, dos serviços do Welfare State que teriam criado condições para que “os próprios cidadãos pudessem perceber cada vez mais a importância da prioridade que a Nação real de pessoas diferentes deve preservar contra a imagem naturalista de uma nação homogênea” (Habermas, 1995, p.98) teriam estagnado e em muito se perdido. Para entender como isto aconteceu, é preciso analisar o processo de globalização. O autor acredita que o Estado-Nação criou condições para a idéia republicana de uma comunidade influenciando sobre si mesma de maneira articulada e institucionalizada. “Hoje, porém, a globalização daquelas mesmas tendências que originalmente produziram o Estado-Nação põem sua soberania em questão” (Habermas, 1995, p.99). Isto porque a legislação e a administração nacionais não têm mais impacto e controle efetivo sobre as corporações transnacionais e suas decisões de investimento. Isto levaria os governos nacionais a “fomentar a modernização de suas economias”. Uma das conseqüências imediatas seria que os governos estariam adaptando seus sistemas de bem-estar social aos “imperativos” da competitividade, o que faria com que as fontes de solidariedade social minguassem ainda mais.

Estas atitudes de recolhimento dos sistemas de bem-estar não poderiam contudo ser feitas sem mazelas. As “sub-classes” estariam proliferando, sendo que uma comunidade política não pode descartar simplesmente uma parte de seus membros sem que ocorram conseqüências patológicas. A tensão social, os guetos e o aumento da violência seriam as conseqüências mais imediatas. A conseqüência de médio prazo seria a perda de legitimação da cidadania democrática, pois a segregação de minorias traz uma erosão da moralidade.

“Decisões formalmente corretas, que refletem o anseio de status e autodefesa xenofóbica de classes médias ameaçadas, terminarão por mi-

nar a legitimidade dos procedimentos e instituições do Estado constitucional. Nessa marcha, o próprio feito da integração social por meio da participação política dos cidadãos será desperdiçado” (Habermas, 1995, p.100).

Aqui, parece que os anteriormente colocados motivos disfuncionais do sistema sócio-cultural não só não estão levando a uma crise de legitimação, como o próprio procedimento institucional no qual se basearia uma ética comunicativa está em perigo. Até mesmo a idéia de que o Estado de Bem-Estar é uma experiência da qual o capitalismo não pode prescindir fica claramente abalada pela própria ordem que dá a seus argumentos. Desta maneira, acredito que as próprias análises concretas do autor, pouco a pouco vão deixando claro que a relação do Estado com a economia no capitalismo assumiram durante o capitalismo avançado, não rigorosamente periodizado por Habermas, um compromisso, ou um padrão virtuoso numa dada circunstância histórica, o que, contudo, não pode ser entendido como uma condição estrutural constante.

Fica difícil dizer, então, que a atuação do Estado visando cobrir hiatos funcionais do sistema econômico seja algo contínuo e estrutural, da qual o capitalismo não tem mais condições de prescindir, já que não pode resolver os problemas de crises econômicas sem a intervenção direta e maciça do Estado. A globalização e a extrema autonomia das corporações diante dos Estados Nacionais colocou esta posição teórica em xeque.

Com ela também viu-se em xeque a tese de que o capitalismo não poderia mais criar padrões de motivação e aceitação de decisões através de orientações privatistas, bem como a idéia de que tendencialmente ocorreria um crescimento no sistema sócio-cultural de esferas de motivação racionais pautadas em uma ética do discurso racional. Estas esferas tenderam a se fixar em nichos muito específicos e, como coloca o próprio Habermas, os antigos padrões de privatismo parecem ser passíveis de substituição via segmentação sistêmica do mercado de trabalho e

fragmentação das consciências de maneira tal que “diminui a necessidade de um acordo garantido normativamente ou alcançado comunicativamente, e aumenta o escopo da tolerância com respeito às atitudes meramente instrumentais, a indiferença ou o cinismo”.¹³

Acredito que estas duas dificuldades estariam por ressaltar certos problemas do instrumental teórico construído pelo autor, apontando para a necessidade de se tomar as condições objetivas de confronto e/ou consenso entre capital, trabalho e Estado, com suas respectivas possibilidades estratégicas, em cada momento histórico dado, como fundamentais para se entender a crise de um sistema, sua perpetuação ou transformação. Se esta colocação está correta, então a relação entre capital, trabalho e estado durante o “período de ouro” (1945-73) do capitalismo só poderá ser devidamente entendida através da análise das condições estratégicas de ação de cada um dos três elementos dentro de uma conjuntura histórica específica. O mesmo se pode dizer tanto a respeito da crise do Welfare State quanto da crise do Estado-Nação.

Finalizando, é necessário ressaltar que dos dois pressupostos teóricos do autor aqui analisados, o segundo, a respeito da crise motivacional do sistema sócio-cultural, sempre foi colocado como uma tendência possível, ainda que de forma predictiva, o que por certeza não desqualifica as análises de Habermas, uma vez que previsões são sempre uma zona cinzenta para a ciência. Já o primeiro pressuposto, a respeito da impossibilidade do capitalismo resolver suas crises sistêmicas sem a intervenção do Estado, tem um caráter mais estrutural, muito embora nos pareça que o próprio autor em suas análises concretas já tenha, ao menos, relativizado esta posição em prol de uma visão mais histórica da questão. Contudo, nenhuma destas duas críticas, uma vez válidas, tornam menos corretas e valorosas as suas sugestões em prol de uma reorganização de um espaço público através de uma comunicação racional livre de dominação.

¹³Habermas, J. *Habermas: Critical Debates*. In: Held, D. & Thompson, J. (orgs.).

Talvez, infelizmente, só apontem para a maior dificuldade deste mesmo projeto hoje, diante do desenvolvimento avassalador e ainda mais danoso que o processo de globalização vem representando para parcelas crescentes da humanidade.

ABSTRACT: This article aims to analyse the structure of habermas's theory in and his conceptual instruments to the study of advanced capitalism in the "Legitimation Crises". Discussing about operational difficulties that this conceptual instruments may present to the study of two empirical cases: the crises of Welfare State and the crises of State-Nation.

The first objective is investigate in what way the utilization of this conceptual instruments is effective in the analyses of this cases, done by the autor. Following that, we put some critics about certain difficulties that theoretical construction of the autor about the structures of advanced capitalism may present, trying to demonstrate his own empirical analyses points in this direction.

KEYWORDS: Habermas, Advanced Capitalism, Welfare State, State Nation

BIBLIOGRAFIA

HABERMAS, J. *A Crise de Legitimação do Capitalismo Tardio*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980.

_____. A Nova Intransparência. *Novos Estudos CEBRAP*, nº 18, São Paulo, setembro de 1987.

_____. *Técnica e Ciência como Ideologia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.

_____. *Teoría de La Acción Comunicativa*. Buenos Aires: Taurus, 1990.

_____. O Estado-Nação europeu frente aos desafios da globalização. *Novos Estudos CEBRAP*, nº 43, São Paulo, novembro de 1995.

HARVEY, D. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HELD, D. *Habermas: Critical Debates*. Held, D. & Thompson, J. (orgs.) Cambridge: MIT Press, 1982.

- HOBBSAWN, E. *A Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- INGRAM, D. *Habermas e a Dialética da Razão*. Brasília: UnB, 1987.
- LIPIETZ, A. *Miragens e Milagres. A industrialização no Terceiro Mundo*. São Paulo: Nobel, 1988.
- MATTOSO, J. *A Desordem do Trabalho*. São Paulo: Scritta, 1995.
- McCARTHY. *La Teoría de la Acción Comunicativa de Jürgen Habermas*. Madrid: Alianza Editorial, 1985.
- PRZEWORSKI, A. *Estado e Economia no Capitalismo*. Rio de Janeiro: Re-lume-Dumará, 1995.
- SABEL, C. & Piore, M. *The Second Industrial Divide*. Nova York: Basic Books, 1984.